

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM  
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

---

REFLEXÕES SOBRE NOVAS TENDÊNCIAS MIGRATÓRIAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: A  
ASCENSÃO DO FLUXO URBANO-RURAL

Faber Paganoto (UFRJ)

## **Reflexões Sobre Novas Tendências Migratórias no Brasil Contemporâneo: A Ascensão do Fluxo Urbano-Rural nos Anos 1990**

### **Resumo**

Durante o desenvolvimento do projeto “Mobilidade, Imobilidade e Contra-mobilidade da População Brasileira”, do Grupo de Estudos Espaço e População (GEPOP) do Departamento de Geografia da UFRJ, percebeu-se que, entre os fluxos migratórios internos recentes no Brasil, uma nova tendência migratória ganha destaque, embora ainda em caráter incipiente: o fluxo urbano-rural. Assim, foi realizado o mapeamento do fluxo migratório segundo situação de domicílio de origem urbana e destino rural em todo o Brasil, ao nível das microrregiões geográficas. Além de apontar para um quadro de transformação dos padrões migratórios no país, este estudo pretende subsidiar futuras pesquisas sobre o meio rural brasileiro. Os resultados evidenciam uma forte concentração deste tipo de fluxo nas microrregiões próximas às Regiões Metropolitanas, em especial no Sudeste. Este quadro traz à tona alguns questionamentos. Estaria o rural sendo alvo de uma fuga dos males da vida metropolitana? Será que o desenvolvimento de novas atividades não-rurais nos espaços rurais é o fator primordial para a atração destes migrantes? E ainda, é possível que estejamos diante de um urbano não-oficial, ou seja, será que este espaço rural de destino é apenas uma expansão do urbano?

## 1. Introdução

O estudo da mobilidade espacial da população é fundamental à compreensão da dinâmica do espaço. A mobilidade populacional é um mecanismo que reflete as transformações em curso no mercado de trabalho, tornando-se importante estudar os fenômenos migratórios, visto que estes expressam mudanças na organização sócio-econômica do território. Assim, as migrações internas podem ser vistas como expressão das mudanças econômicas, as quais, no Brasil tomam rumos e velocidades diferentes, aprofundando os desequilíbrios, tanto ao nível da estrutura social, como ao nível espacial (regional).

A fim de contribuir para a melhor compreensão destas mudanças, os pesquisadores do Grupo de Estudos Espaço e População (GEPOP) do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), iniciaram, no ano de 2002, a produção de um quadro de referência comparativa para a mobilidade espacial da população brasileira, considerando-se os níveis macro-regional (regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste) e estadual. Foi utilizada a microrregião geográfica como unidade espacial de análise, uma vez que esta permite visualizar os fluxos migratórios mais importantes no país. O objetivo geral do estudo foi o de traçar a magnitude, as características e as tendências dos deslocamentos migratórios ocorridos inicialmente nos anos 80, com vistas a comparações com a magnitude, o direcionamento e a tipologia dos fluxos dos anos 90.

Foram utilizados dados extraídos das Tabulações Especiais do Censo Demográfico 1991 (IBGE) além dos microdados do Censo Demográfico 2000 (IBGE), agregados através do Banco Multidimensional de Estatísticas (BME/IBGE). Os dados foram georreferenciados e, por fim, as tabelas geraram cartogramas temáticos sobre migrações a partir do uso de ferramentas GIS.

De todos os cartogramas produzidos, dois deles chamavam a atenção por um fato curioso (Cartograma 1 e 2). Não foi surpresa verificar a predominância do fluxo migratório de áreas urbanas com destino a áreas também urbanas em quase todas as microrregiões brasileiras. Tampouco surpreendeu perceber que o fluxo rural-urbano, outrora maciço, perdeu importância, mantendo ainda alguma expressão nos estados do Norte e do Centro-Oeste, onde se desenvolveu um crescimento urbano proporcionalmente mais significativo que as demais regiões brasileiras. O fluxo migratório rural-rural, muito forte nos anos 60 e 70 nas áreas de fronteira agrícola, também se esvaziou, como era esperado, na mesma proporção em que

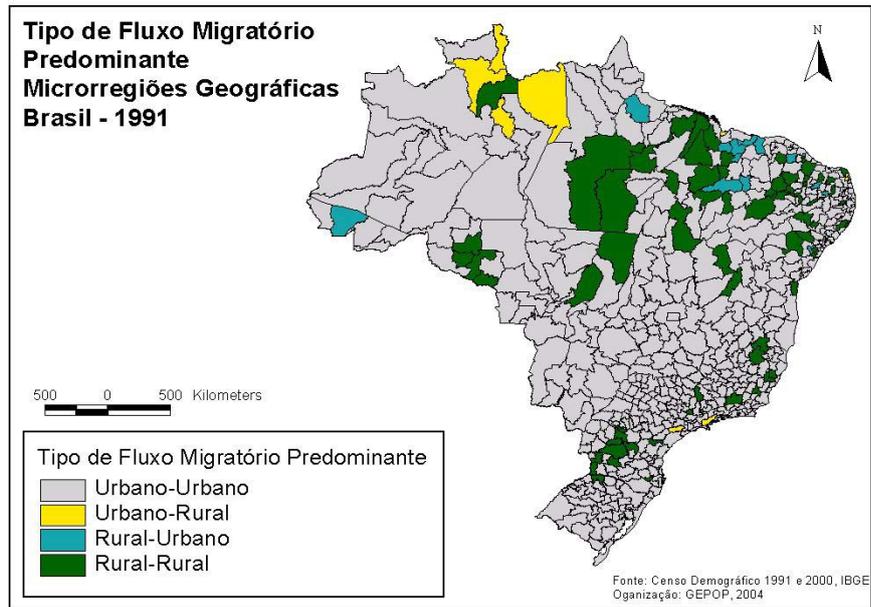
foram esvaziadas as expectativas de sucesso dos pequenos produtores agrícolas do Nordeste, Sudeste e Sul nas áreas de expansão. Entretanto, uma grande novidade saltava aos olhos: o fluxo migratório tendo como origem áreas urbanas e como destino áreas rurais acentuou-se significativamente nos anos 90 e apresentou um padrão espacial bastante complexo.

Sendo o Brasil um país de urbanização relativamente tardia e considerando que a tendência de descentralização industrial em curso no país deve ser relativizada, já que se limita a alguns tipos de indústria apenas e se desenvolve de maneira concentrada (DINIZ, 1996), não era esperada grande expressão de um tipo de fluxo migratório tão pouco usual quanto o urbano-rural.

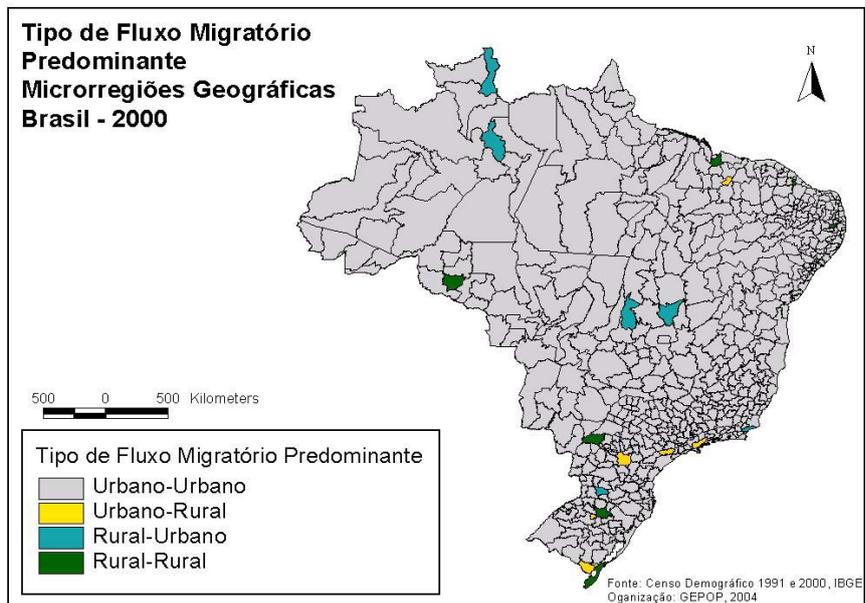
Na década de 80 o fluxo migratório urbano-rural foi predominante em 12 microrregiões do Norte e Nordeste no país. Eram elas: Tarauacá (AC), Furos de Breves (PA), Itapecuru Mirim (MA), Chapadinha (MA), Baixo Parnaíba Maranhense (MA), Coelho Neto (MA), Chapadas do Alto Itapecuru (MA), Litoral Piauiense (PI), Médio Parnaíba Piauiense (PI), Canindé (CE), Catolé do Rocha (PB), Seridó Ocidental Paraibano (PB) e Tobias Barreto (SE). Na década de 90 o número de microrregiões em que o fluxo migratório urbano-rural foi predominante diminuiu para seis, mas aumentou sua representatividade mesmo nos municípios onde não predominou. Além disso, das seis microrregiões de predomínio, apenas duas continuavam no Norte do país. Foram elas: Nordeste de Roraima (RR), Rio Preto da Eva (AM), Chapada dos Veadeiros (GO), São Miguel do Araguaia (GO), Macaé (RJ) e Xanxerê (SC).

A simples análise das áreas de predominância indica um redirecionamento deste tipo de fluxo das regiões Norte e Nordeste para a região Centro-Sul do país (mais adiante outros dados confirmarão este apontamento). Além disso, considerando as grandes diferenças existentes entre as microrregiões identificadas, algumas questões precisam ser respondidas. O que estes dados podem estar refletindo? Por que estas áreas rurais têm atraído migrantes urbanos? Quais características as generalizam e quais as diferenciam? Afinal, que rural é esse?

## Cartograma 1



## Cartograma 2



## **2. O rural brasileiro**

Quando a pesquisa acadêmica exige reflexões sobre as interações entre espaços urbanos e espaços rurais, como é o caso, é necessário refletir sobre o que se entende por urbano e o que se entende por rural no Brasil. E esta não é tarefa fácil, posto que as dificuldades conceituais e metodológicas impostas aos formuladores de políticas de planejamento público, geógrafos, demógrafos e pesquisadores das demais áreas do conhecimento são incontáveis.

Nas primeiras décadas do século XX a sociedade brasileira era predominante rural. Entre as décadas de 1940 e 1980, no entanto, a população brasileira cresceu de maneira substancial e observou-se uma inversão da distribuição populacional entre as áreas rurais e urbanas. O esvaziamento das áreas rurais, o crescimento acelerado das grandes cidades e a formação de áreas metropolitanas são reflexos evidentes de um novo Brasil.

A partir da década de 1980 mudanças significativas começam a ser delineadas no espaço rural: contrastando com o rural do passado, observa-se a emergência de um espaço rural multifuncional, com a introdução de uma maior diversificação econômica, em meio a novas formas de produção e novos usos, envolvendo novos atores. A expansão do tecido urbano sobre as áreas rurais, o surgimento de novos interesses pelo uso da terra com fins não-agrícolas e o crescimento do número de pessoas ocupadas em atividades tradicionalmente urbanas indicam a existência de uma nova realidade sócio-espacial no Brasil.

As definições existentes do que seja rural e urbano no Brasil, em geral, enfatizam as diferenças existentes entre estes espaços, configurando uma dicotomia. A base para o entendimento do rural e do urbano estaria nas particularidades de suas economias. O rural abrigaria, preferencialmente, a produção agropecuária e outros tipos de atividades não-agrícolas se apresentam como acessórias e não se destacam como principal meio de produção deste espaço.

Porém, em vários países do mundo, inclusive no Brasil, observou-se ao longo do século XX a modificação da característica primária que constitui o embasamento desta visão: o campo passa a abrigar de forma expressiva as atividades de tipo não-agrícolas. O crescimento das cidades, a industrialização da agricultura e o transbordamento do urbano nas áreas rurais sugerem que as abordagens tradicionais de rural e urbano não dão mais conta da complexidade observada. Silva (1997:1) afirma que: “está cada vez mais difícil delimitar o

que é rural e o que é urbano” e conclui que “do ponto de vista da organização da atividade econômica, (...) os campos não podem mais ser identificados apenas com a agricultura e a pecuária”.

Nas últimas décadas ocorreu um distanciamento maior das adequações das visões clássicas e dicotômicas para o meio rural brasileiro. A urbanização das áreas rurais imprimiu um novo significado onde sua atuação foi mais significativa. Para Reis (2006:5), “o espaço rural brasileiro se torna, portanto, diferenciado, de acordo com o grau de intensidade da atuação deste processo”. Ainda segundo o autor “este fenômeno torna-se mais perceptível nas áreas rurais que possuem um contato mais íntimo com as grandes cidades que compõem o núcleo dinâmico da economia brasileira”.

As mudanças que vêm ocorrendo nas áreas rurais brasileiras são significativas, especialmente quando é lembrado que há algum tempo alguns estudos apontavam para o esvaziamento do campo como tendência inexorável. É notável, atualmente, que o êxodo rural que ainda se verifica não consegue evitar a tendência de recuperação de parte expressiva das áreas rurais do país. Segundo Veiga (2004:80), em cerca de 255 municípios brasileiros tipicamente rurais houve aumento populacional de 31,3% no período intercensitário 1991-2000, duas vezes maior que o crescimento populacional do Brasil como um todo, que foi de 15,5% no período.

A expansão do tecido urbano leva para essas áreas várias características consideradas classicamente como exclusivamente urbanas. Diante disso, o urbano deixa de ser o locus praticamente exclusivo da indústria, do comércio e dos serviços. Crescem as ocupações associadas a uma nova dinâmica do meio rural derivada da presença crescente dos setores secundário e terciário, em atividades do tipo urbano, mas localizadas dentro das áreas rurais, a exemplo das ligadas ao lazer, ao turismo e mesmo à terceirização de parte das atividades do processo produtivo da agropecuária. Além disso, o encurtamento das distâncias pelo desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação garante maior fluidez e cria novas alternativas locais para a instalação de residências, indústrias e empreendimentos envolvidos na prestação de serviços.

Entretanto, apesar de tantas mudanças percebidas no espaço brasileiro, a legislação vigente para fins de definição do que é urbano e o que é rural é do período do Estado Novo e data de 1938 (Decreto-lei 311), momento em que o país era profundamente rural. A legislação considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila) sem levar em conta suas

características estruturais e funcionais. A definição de urbano e rural no Brasil tem, portanto, caráter meramente administrativo.

Diante disso, verifica-se a existência de uma série de problemas relacionados à análise da configuração territorial brasileira. De um total de 5507 sedes municipais existentes em 2000, havia 1176 com menos de dois mil habitantes e 3887 com menos de 10 mil, todas com estatuto legal de cidade, idêntico ao que é atribuído aos grandes núcleos metropolitanos de concentração populacional (VEIGA, 2002).

O perímetro urbano, linha que separa o urbano do rural, não representa a realidade de modo satisfatório, uma vez que interesses políticos, econômicos e tributários podem prevalecer no momento de sua demarcação, deixada a cargo das câmaras municipais. O espraiamento do fenômeno urbano faz surgir novos limites entre áreas urbanas e rurais, difíceis de serem percebidos e cada vez mais indefinidos. Sendo assim, a linha que define o perímetro urbano dos municípios torna-se um mecanismo de separação cada vez mais grosseiro e distante da realidade sócio-espacial brasileira.

### **3. Os rurais brasileiros**

Mais do que analisar o predomínio da migração do tipo urbano-rural no Brasil, é preciso analisar o peso deste tipo de fluxo em cada microrregião brasileira. Com este objetivo, foram produzidos outros dois cartogramas, um para os dados do Censo Demográfico 1991 e um segundo para o Censo Demográfico 2000.

Durante a década de 80 (cartograma 3) a migração de áreas urbanas para áreas rurais foi muito intensa em algumas microrregiões da região Norte, com destaque para as microrregiões dos estados de Roraima e Pará, onde em alguns casos o peso deste fluxo migratório sobre os demais chega a superar os 50%. Em sete microrregiões na região Centro-Oeste e mais algumas nas demais regiões brasileiras este tipo de fluxo migratório apresentou um peso razoável (entre 10% e 20%) sobre o total das migrações. É importante destacar que as microrregiões em questão não são Regiões Metropolitanas e a maioria delas nem mesmo é limítrofe com aglomerações urbanas.

De forma geral, naquela década, um intenso fluxo de migrantes deixando áreas urbanas no Nordeste, Sudeste e Sul e seguindo em direção às áreas rurais de Roraima e Pará ainda parecia condizente com o contexto então vivido pelo país.

No cartograma 4, entretanto, é difícil buscar estabelecer uma lógica geral para o quadro espacial apresentado. A única conclusão possível de se chegar sem uma reflexão mais aprofundada é a de que o padrão espacial da migração de áreas urbanas para áreas rurais no país sofreu drásticas alterações no espaço de tempo correspondente a um período intercensitário. Os destinos rurais procurados por migrantes urbanos cresceram em número e em intensidade, distribuindo-se agora por todas as regiões brasileiras, com destaque para o Nordeste, o Sul e o Sudeste.

A Tabela 1 mostra os 20 destinos rurais proporcionalmente mais procurados por migrantes urbanos, ou seja, aquelas microrregiões nas quais o peso deste tipo de migração é maior. Destas microrregiões, sete são da região Nordeste, seis são da região Sul, seis do Sudeste e apenas uma da região Norte (principal destino deste fluxo migratório na década anterior).

Desta relação principal apenas uma microrregião abriga uma capital estadual – Maceió/ AL, com 30,67% das migrações sendo do tipo urbano-rural. Mas o número de capitais estaduais e de microrregiões vizinhas de áreas metropolitanas, que aparecem destacadamente como destino deste tipo de fluxo migratório é significativo. A migração urbano-rural representa 24,89% do total das migrações em Teresina/ PI; 24,54% em Macapá/ AM; 24,01% em São Luís/ MA e 38,60% em Piedade/ SP e 23,48% em Gramado-Canela/ RS.

Com destinos tão diversos, em contextos múltiplos, é impossível e irreal buscar uma só explicação para o notável aumento da importância deste tipo de fluxo migratório. Assim, busca-se aqui apontar quatro hipóteses que ajudam a explicar esta intrigante tendência migratória.

**Tabela 1**

Percentual de migrantes do tipo urbano-rural sobre o total das migrações. Microrregiões geográficas, Brasil, 2000.	
Microrregião	Migração (%)
Não-Me-Toque - RS	62,15
Jaguarão -RS	56,61
Paraibuna/Paraitinga - SP	47,71
Coelho Neto - MA	43,13
Piedade - SP	38,60
Telêmaco Borba - PR	38,34
Patos - PB	31,05
Erechim - RS	30,69
Maceió - AL	30,67
Tarauacá - AC	30,39
Alto Capibaribe - PE	30,25
Santa Maria Madalena - RJ	30,25
São Bento do Sul - SC	29,85
São Miguel dos Campos - AL	29,72
Registro - SP	29,55
Itaguara - MG	29,30
Guaporé - RS	28,94
Pacajus - CE	28,93
Presidente Prudente - SP	28,41
Livramento do Brumado - BA	28,31

Fonte: Dados brutos, IBGE. Censo Demográfico, 2000.

Em primeiro lugar, é inegável que a valorização dos espaços rurais como lugares onde é possível desenvolver uma vida saudável, distante da violência que assola os grandes centros urbanos tem crescido a cada ano. Essa valorização, essa busca pelo rural, especialmente por aposentados urbanos, ajuda a entender a recente concentração do fluxo migratório urbano-rural nas imediações de grandes centros metropolitanas do Sul e do Sudeste, como bem mostra o cartograma 4.

Segundo Veiga (2005:11):

“nas últimas décadas foram as amenidades naturais que passaram a ser a principal vantagem comparativa das áreas rurais. Nos últimos 25 anos do século XX, as variações da população rural estiveram altamente correlacionadas com amenidades naturais, principalmente características de clima, de relevo e de acesso a águas (lagos, rios e mar). E no processo de crescimento econômico de parte das áreas rurais o principal fator foi a

capacidade de atrair aposentados, trunfo diretamente ligado às amenidades rurais”.

Uma segunda explicação que parece bastante adequada associa-se ao aglomerado de microrregiões geográficas nordestinas, não só as litorâneas, mas especialmente as sertanejas, em que o tipo de fluxo migratório aqui discutido apresenta peso significativo. Trata-se do aumento das migrações de retorno. Aqueles migrantes de áreas rurais que em outras décadas buscaram melhores condições de vida nas cidades nordestinas ou em cidades do Sudeste e que não obtiveram sucesso retornam, agora, de áreas urbanas para as áreas rurais de onde emigraram.

As causas para a intensificação dessa migração são inúmeras. José Marcos Pinto da Cunha, demógrafo da Unicamp, em entrevista ao Jornal da Ciência da SBPC afirma que a transformação no mundo do trabalho é a grande responsável pela migração de retorno. Desde os anos 80, o emprego na indústria e na construção civil vem diminuindo e esses eram exatamente os setores que tradicionalmente absorviam a mão-de-obra pouco qualificada. E além do fechamento de vagas, Cunha chama a atenção para a precarização do trabalho principalmente no setor de serviços. A PNAD 2004 indica que o rendimento no estado de São Paulo, em 2004, foi 5,3% menor que o registrado no ano anterior e que a renda *per capita* dos mais pobres não chega a um salário mínimo - R\$ 250,79. Dessa forma, mesmo quem está empregado não está necessariamente livre da linha da pobreza. Todos esses fatores dificultam a assimilação do migrante e a inserção dele no mercado de trabalho, levando muitos a optarem pelo retorno à região de origem.

As duas hipóteses seguintes ora ratificam as considerações feitas por José Eli da Veiga, que contesta o falso e exagerado grau de urbanização brasileiro, ora apontam num sentido oposto, o de que haveria áreas urbanas de fato embora identificadas como rurais pelos órgãos oficiais. Não se pretende aqui polemizar com o autor. Objetiva-se, isto sim, enraizar a idéia de que a realidade sócio-espacial brasileira da contemporaneidade é muito complexa para que se busquem padrões gerais para todo e qualquer ponto do vastíssimo território nacional, isto é, as considerações de Veiga não estão equivocadas, mas tampouco são adequadas para todos os casos.

Por um lado, o aumento da migração urbano-rural pode ser reflexo de um transbordamento do espaço urbano sobre o espaço rural sem que o perímetro urbano tenha

sido alterado pelos poderes municipais. Assim, muitos migrantes que se instalam nas periferias expandidas sobre os espaços rurais, embora possam desempenhar ocupações tipicamente urbanas em espaços com configuração, infra-estrutura (e problemas) tipicamente urbanos, acabam sendo contabilizados para fins de recenseamento como rurais.

Ainda que isto possa parecer pouco crível frente ao grande número de municípios que, com o intuito de aumentar a arrecadação, ampliam seus perímetros urbanos sobre áreas claramente agrícolas, bastam algumas horas de viagem por algumas rodovias nacionais para que comece a se pensar o contrário. Não são raras as vezes em que observa-se uma placa instalada às margens de uma rodovia indicando o fim de uma área urbana (perímetro urbano) sem que as ocupações e a movimentação de pessoas tenha diminuído. Em cada um desses casos se está diante de habitantes de espaços urbanos oficialmente rurais somente e tão somente porque os habitantes daqueles espaços ultrapassaram uma linha imaginária desatualizada.

Por outro lado, se ao invés de refletir sobre a realidade do espaço de destino reflete-se sobre a realidade do espaço de origem é impossível não indagar: o urbano de onde este migrante vem é urbano de fato? Não estaria vindo este migrante de uma das tantas sedes de município ou distrito oficialmente urbanas, mas claramente rurais espalhadas pelos Brasil? Neste caso, este migrante seria oficialmente urbano-rural, mas em realidade seria um migrante rural-rural.

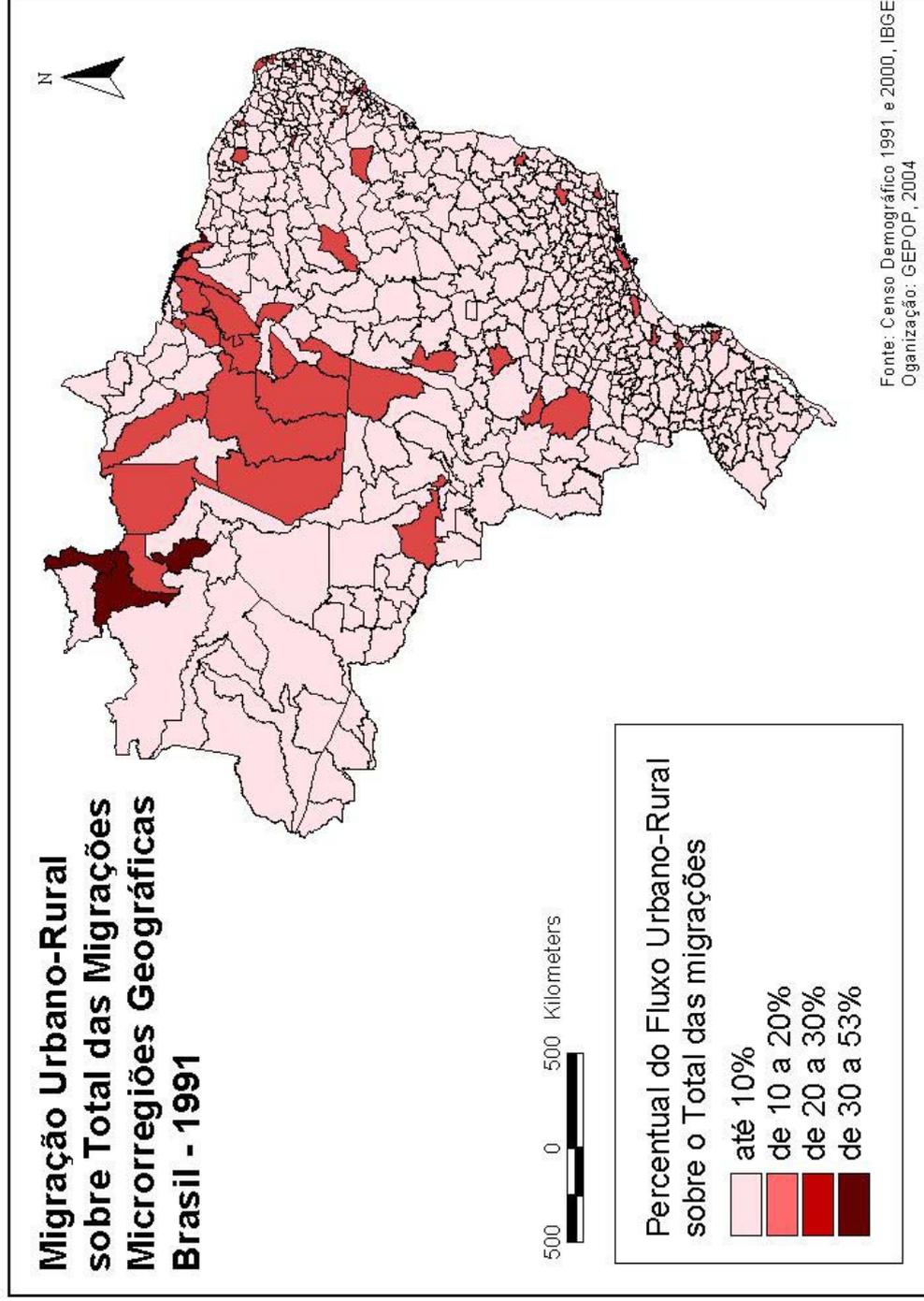
#### **4. Considerações finais**

Este artigo tem uma pergunta no título. “Que rural é esse?” é uma pergunta que expressa uma inquietude não só deste autor mas de grande parte da academia a respeito da dificuldade que se tem para chegar a um consenso sobre a mais adequada definição de rural. “Que rural é esse?” é uma pergunta que mostra a insatisfação com a definição vigente de rural, que pode ser resumida como aquilo que não é urbano e que carrega, por isso mesmo, toda a inadequação inerente à definição primeira do que é urbano.

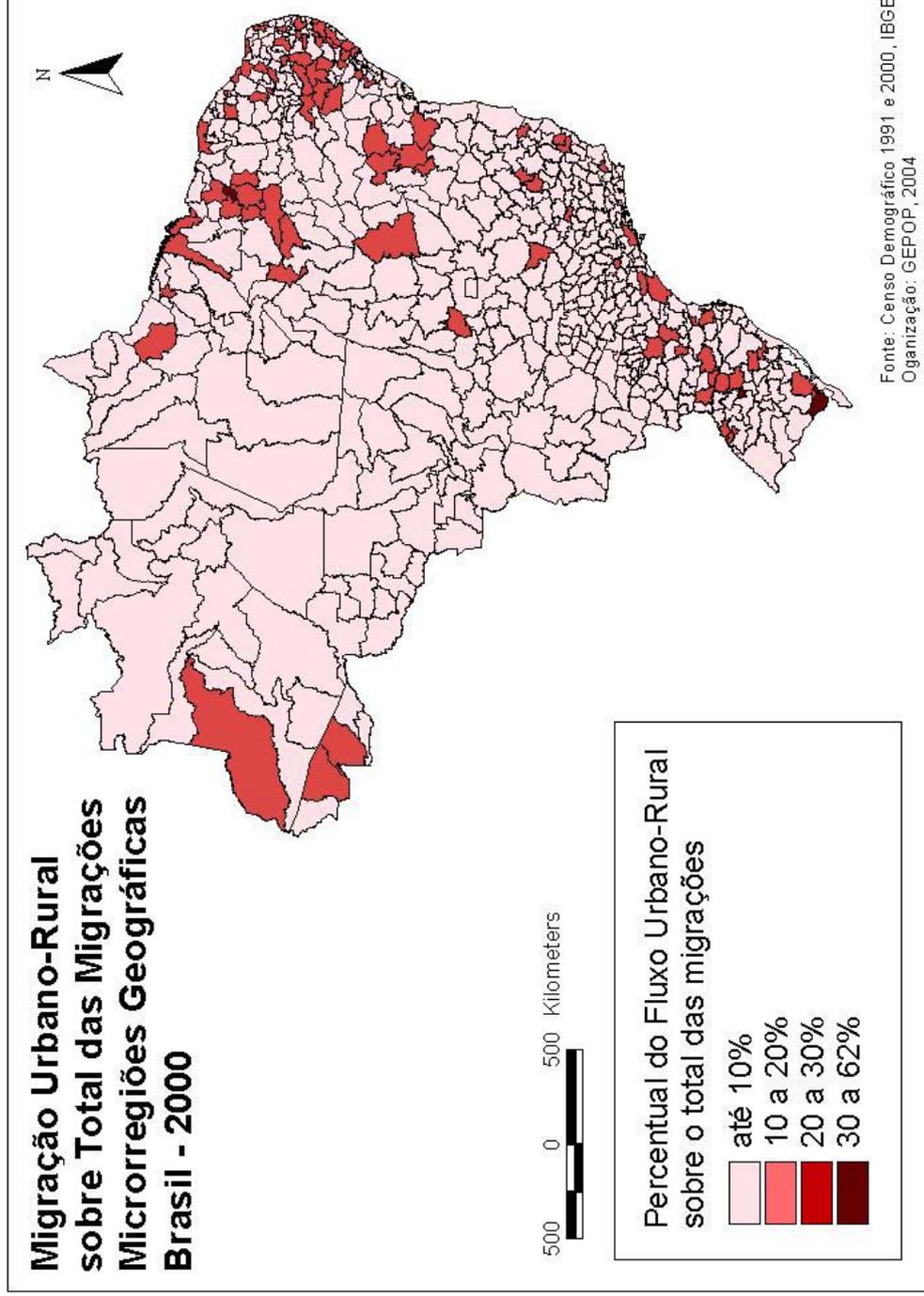
Mas “Que rural é esse?” também carrega, de maneira implícita, a idéia de que existem muitos rurais. Quando falamos de um espaço rural, estamos falando de uma coisa universal? Não se trataria de uma realidade particular? Afinal, de qual rural se está falando?

Este estudo não tem a pretensão de responder a questões tão complexas. Constitui-se, no entanto, num estudo horizontal sobre a migração urbano-rural, e, ao levantar hipóteses sobre as causas deste fenómeno, lança as bases para uma série de outras pesquisas de carácter vertical a fim de compreender as especificidades de cada uma das possibilidades aqui esboçadas.

Cartograma 3



Cartograma 4



## 5. Referências Bibliográficas

DINIZ, C. C.; AFONSO, M. A. C. “Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira”. In: Nova Economia, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 77-103, 1996.

Jornal da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. “São Paulo apresenta migração negativa”. 07 de Fevereiro de 2006.

REIS, Douglas Sahtler dos. “O rural e o urbano no Brasil” In: Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. 18 a 22 de setembro de 2006. Caxambu/MG, 2006.

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. Belo Horizonte: Revista Nova Economia, 1997.

VEIGA, José Eli da. Cidades Imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

\_\_\_\_\_. “A dimensão rural do Brasil” In: Estudos Sociedade e Agricultura. Vol.12, Abril 2004, n.1, pp. 71-93. Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. “A relação urbano/rural no desenvolvimento regional” In: Cadernos do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília. Vol. 17, Fevereiro 2005, pp. 9-22. Brasília, 2005.